

 SIGA  
@mapasmentais.direito

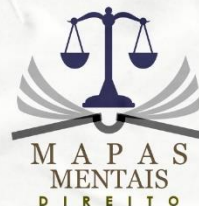


**POLÍCIA MILITAR**  
DISTRITO FEDERAL

M A P A S M E N T A I S

# **POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL**

*feito por*  
*Sarah Guimarães*



# Olá, Concurseiro (a)

Sou a **Sarah Guimarães**, agradeço por adquirir um dos nossos E-books. Os nossos Mapas Mentais foram preparados para revolucionar os seus estudos, seja estudando para concurso, como para estudantes de Direito.

Todo esse material, elaborado à mão, foi feito após o estudo de teorias, dos melhores doutrinadores e de vários cursinhos, aulas e mais de 20 mil questões resolvidas, em que pude analisar os pontos mais importantes, o que é mais cobrado, as pegadinhas e como são aplicados os entendimentos doutrinários com a finalidade de facilitar os seus estudos e de forma prática.

Ao estudar por **mapas mentais** estamos trabalhando com os dois lados do nosso cérebro, o lado racional e o criativo, o que faz toda diferença no seu estudo.

Espero que o material revolucione a sua preparação rumo à aprovação.

**Vamos lá? Bons estudos.**



APROXIME A  
CÂMERA DO SEU  
CELULAR E ACESSE  
O NOSSO SITE

# ATENÇÃO

**QUALQUER FORMA DE REPRODUÇÃO, TRANSFORMAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO OU REVENDA DESTA OBRA SÓ PODERÁ SER REALIZADA COM A AUTORIZAÇÃO EXPRESSA DA TITULAR, RESSALVADAS AS EXCEÇÕES PREVISTAS EM LEI. CASO SEJA NECESSÁRIO REPRODUZIR ALGUM TRECHO DESTA OBRA (COMPARTILHAMENTO ONLINE, FOTOCÓPIA, DIGITALIZAÇÃO E OUTROS) ENTRAR EM CONTATO COM A TITULAR.**

**QUALQUER SITE OU MEIO ELETRÔNICO QUE DISPONIBILIZEM A DISTRIBUIÇÃO OU VENDA DESTE MATERIAL FICARÁ SUJEITO ÀS PENALIDADES CÍVEIS E CRIMINAIS.**

**INFORMO QUE O ÚNICO MEIO DE VENDA DESTE MATERIAL SE DÁ POR MEIO DO SITE:**

**[WWW.MAPASMENTAISDIREITO.COM.BR](http://WWW.MAPASMENTAISDIREITO.COM.BR)**





MAPAS  
MENTAIS  
DIREITO

# DIREITO CONSTITUCIONAL

@MAPASMENTAIS.DIREITO

*Sarah Guimarães*

# A PIRÂMIDE DE KELSEN

## HIERARQUIA DAS NORMAS

### ② TRATADOS INTERNACIONAIS SOBRE D. HUMANOS

- TEM ÍNDOLE E NÍVEL **CONSTITUCIONAL**
- APLICAÇÃO IMEDIATA
- **NÃO** PODEM SER REVOGADOS POR LEI ORDINÁRIA POSTERIOR.

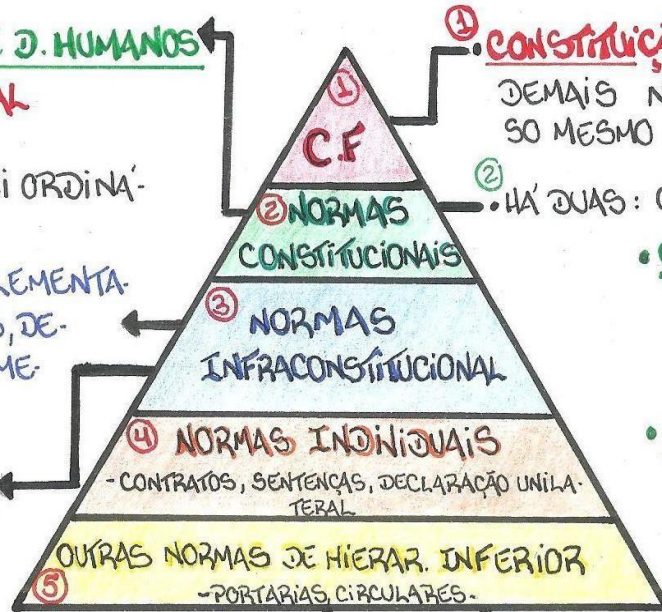
### ③ TRATADOS INTERNACIONAIS, LEIS COMPLEMENTARES, LEIS ORDINÁRIAS, LEIS DELEGADAS, DECRETOS LEGISLATIVOS, RESOLUÇÕES, MEDIDAS PROVISÓRIAS



AS NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS **NÃO** POSSUEM HIERARQUIA ENTRE SI. ESSAS NORMAS SÃO **PRIMÁRIAS**, SENDO CAPAZES DE **GERAR DIREITOS E CRIAR OBRIGAÇÕES**.

### ④ E ⑤ NORMAS INFRALEGAIS

- ABAIXO DAS LEIS ENCONTRAM-SE AS NORMAS INFRALEGAIS
- SÃO NORMAS **SECUNDÁRIAS**
- **NÃO** TEM PODER DE GERAR DIREITOS NEM IMPOR OBRIGAÇÕES
- **NÃO** PODEM CONTRARIAR AS **PRIMÁRIAS**, SOB PENA DE **INVALIDADE**.



① CONSTITUIÇÃO FEDERAL: É SUPERIOR A TODAS AS DEMAIS NORMAS JURÍDICAS, AS QUAIS SÃO, POR ISSO MESMO DENOMINADAS **INFRACONSTITUCIONAIS**.

② HA' DUAS: ORIGINÁRIAS E DERIVADAS

• ORIGINÁRIAS: SÃO PRODUTO DO PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO (QUE ELABORA UMA NOVA CONSTITUIÇÃO); ELAS **INTEGRAM** O TEXTO CONSTITUCIONAL

• DERIVADAS: SÃO AQUELAS QUE RESULTAM DA MANIFESTAÇÃO DO PODER CONST. DERIVADO (QUE ALTERA A C.F.); SÃO AS CHAMADAS **EMENDAS CONSTITUCIONAIS**



• **NÃO** EXISTE **HIERARQUIA** ENTRE AS NORMAS ORIGINÁRIAS.

• **NÃO** EXISTE **HIERARQUIA** ENTRE AS NORMAS ORIGINÁRIAS E DERIVADAS.

• AS NORMAS CONST. **ORIGINÁRIAS** **NÃO** PODEM SER DECLARADAS **INCONSTITUCIONAIS**

**Obs!** ① E ② TEM O MESMO NÍVEL HIERÁRQUICO

AS **EMENDAS CONSTITUCIONAIS** (N. DERIVADAS) FICA ABAIXO DA CF ATÉ SER APROVADA, DEPOIS FICA NA MESMA HIERARQUIA, ESTA' INSERIDA NA CF MAS NÃO SE CONFUNDE COM ELA.

# DIREITOS E DEVERES

## INDIVIDUAIS E COLETIVOS

### INVIOLABILIDADE DOMICILIAR

A CASA É ASILO **INVIOLÁVEL** DO INDIVÍDUO, NINGUÉM NELA PODENDO PENETRAR SEM O CONSENTIMENTO DO MORADOR

#### SALVO

DURANTE O DIA

ORDEM JUDICIAL  
FLAGRANTE DELITO  
DESASTRE OU PRESTAÇÃO DE SOCORRO

DURANTE A NOITE

FLAGRANTE DELITO  
DESASTRE OU PRESTAÇÃO DE SOCORRO

### CONCEITO DE CASA

QUALQUER COMPARTIMENTO HABITADO

QUALQUER APOSENTO HABITADO DE OCUPAÇÃO COLETIVA

QUALQUER COMPARTIMENTO PRIVADO NÃO ABERTO AO PÚBLICO

### DIREITO DE REUNIÃO

TODOS PODEM **REUNIR-SE PACIFICAMENTE**, SEM ARMAS, EM LOCAIS ABERTOS AO PÚBLICO, **INDEPENDENTEMENTE DE AUTORIZAÇÃO**, DESDE QUE NÃO FRUSTEM OUTRA REUNIÃO ANTERIORMENTE CONVOCADA PARA O MESMO LOCAL, SENDO APENAS EXIGIDO PRÉVIO AVISO A AUTORIDADE COMPETENTE



STF- **NÃO** É MAIS NECESSÁRIO O PRÉVIO AVISO A AUTORIDADE COMPETENTE

(RE 806.339) → 2020

#### PODE SER

**SUSPENSO** →

NO ESTADO DE SÍTIO

**RESTRINGIDO** →

NO ESTADO DE DEFESA

O DIREITO DE REUNIÃO É PROTEGIDO POR **MANDADO DE SEGURANÇA**

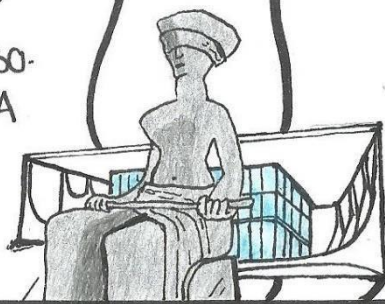
A MARCHA DA MACONHA É **COMPATÍVEL** COM O DIREITO DE REUNIÃO

**ADI** → QUANDO ALGUÉM AJUIZA UMA ADI, BUSCA QUE A NORMA SEJA **DECLARADA INCONSTITUCIONAL**. SE GANHAR, A NORMA É INCONSTITUCIONAL; SE PERDER, FOI CONFIRMADA A CONSTITUCIONALIDADE.

**ADC** → O OBJETIVO É ESPANTAR AS DÚVIDAS SOBRE A **VALIDADE DA NORMA** CONFIRMANDO SUA CONSTITUCIONALIDADE.

O **STF** É COMPOSTO POR **11 MINISTROS**

→ **DICA** → **STF = SOMOS UM TIME DE FUTEBOL**  
↓  
**11 MEMBROS = 11 JOGADORES**



**ESCOLHA DOS MINISTROS**

ESCOLHIDOS **LIVREMENTE** PELO PRESIDENTE DA REP.

**REQUISITOS:**

- 1) **BRASILEIRO NATO**
- 2) TER ENTRE **35 A 65 ANOS**
- 3) POSSUIR **NOTÁVEL SABER JURÍDICO**
- 4) POSSUIR **REPUTAÇÃO ILIBADA**

NÃO HÁ FORMAÇÃO DE LISTAS P/ A ESCOLHA



**OBS:** O NOME INDICADO PELO PRESIDENTE P/ OCUPAR UMA CADEIRA NO STF DEVERÁ SER **APROVADO** PELO VOTO DA **MAIORIA ABSOLUTA** DO **SENADO FED.**

**COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA**

→ CABE AO STF PROCESSAR E JULGAR **ORIGINARIAMENTE**.

**I** AS **AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE (ADI)** DE LEI OU ATO NORMATIVO **FEDERAL** OU **ESTADUAL** E A **AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE (ADC)** DE LEI OU ATO NORMATIVO **FEDERAL**

→ **SUM. 642 STF - NÃO** CABE ADI DE LEI DO DISTRITO FEDERAL DERIVADA DA SUA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA **MUNICIPAL**

**II NAS INFRAÇÕES PENAIS COMUNS:**

- PRESIDENTE E VICE-P. DA REPÚBLICA
- MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL
- MINISTROS DO STF
- PROCURADOR GERAL DA REPÚBLICA.

→ NO CRIME DE **RESPONSABILIDADE** A COMPETÊNCIA DO **SENADO FEDERAL**

**III NAS INFRAÇÕES PENAIS COMUNS E DE RESPONSABILIDADE:**

- MINISTROS DE ESTADO E OS COMANDANTES DO EXÉRCITO, MARINHA E AERONÁUTICA.
- MEMBROS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES
- MEMBROS DO TCU
- CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA DE CARÁTER PERMANENTE.

**OBS:** EM RELAÇÃO AOS **MINISTROS DE ESTADO** SE O CRIME DE RESPONSABILIDADE FOR PRATICADO EM **CONEXÃO** COM O **PRESIDENTE** OU **VICE DA REP.**, OS MINISTROS DE ESTADO SERÃO JULGADOS PELO **SENADO FEDERAL**



MAPAS  
MENTAIS  
DIREITO

# DIREITO ADMINISTRATIVO

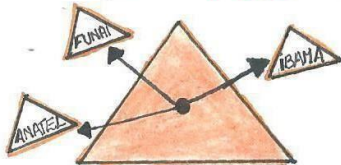
@MAPASMENTAIS.DIREITO

*Sarah Guimarães*



# DESCENTRALIZAÇÃO

OCORRE QUANDO A ENTIDADE POLITICA TRANSFERE PARA OUTRA PESSOA PARTE DE SUA COMPETENCIA. ENVOLVE + DE 1 PESSOA JUR.



NÃO HÁ SUBORDINAÇÃO MAS EXISTE CONTROLE FINALISTICO

ESSA PESSOA PARA QUAL A ENTIDADE TRANSFERE PARTE DE SUA COMPETENCIA POSSUI PERSONALIDADE JURIDICA PROPRIA

OCORRE POR

# ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

# DESCONCENTRAÇÃO → CRIAR ORGÃOS PÚBLICOS

DISTRIBUIÇÃO INTERNA DE COMPETÊNCIAS NA MESMA PESSOA JURÍDICA. HÁ RELAÇÃO DE COORDENAÇÃO E SUBORDINAÇÃO



# CONCENTRAÇÃO

INVERSO DA DESCONCENTRAÇÃO

EXTIÇÃO DE ORGÃOS PÚBLICOS

ORGÃOS PÚBLICOS: CENTRO DE COMPETÊNCIA SEM PERSONALIDADE JURÍDICA

# CENTRALIZAÇÃO

OCORRE QUANDO A ENTIDADE POLITICA EXERCE SUAS FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS POR MEIO DE SEUS ORGÃOS

SINÔNIMO DE ADM. DIRETA

## ATENÇÃO

SÓ HAVERÁ ADMINISTRAÇÃO INDIRETA QUANDO A DESCENTRALIZAÇÃO OCORRER POR OUTORGA

A DESCENTRALIZAÇÃO POR DELEGACÃO POSSIBILITA CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES A PESSOAS JURÍDICAS OU FÍSICAS

OUTORGA OU POR SERVIÇO

DIRETA ENTIDADE POLITICA

POR LEI TRANSFERE

INDIRETA PARA ENTIDADE ADMINISTRATIVA

TITULARIDADE E EXECUÇÃO

PRAZO: INDETERMINADO

DELEGACÃO OU POR COLABORAÇÃO

DIRETA ENTIDADE POLITICA

POR ATO OU CONTRATO TRANSFERE

INDIRETA PARA PARTICULAR

APENAS EXECUÇÃO

PRAZO: DETERMINADO

Sarah J. Fernandes

# ESPECIES

DOS PODERES ADMIN.



## HiPODI DIVINO

HIERÁRQUICO \*VER MAPA

DE POLÍCIA \*VER MAPA

DISCIPLINAR \*VER MAPA

DISCRICIONÁRIO

VINCULADO

NORMATIVO

## VINCULADO

A ADMINISTRAÇÃO AGE NOS **TERMOS DA LEI**, SEM MARGEM DE LIBERDADE



OBEDECE AO **PRINCÍPIO DA LEGALIDADE**



ELEMENTOS VINCULADOS:

- COMPETÊNCIA
- FINALIDADE
- FORMA

**DISCRICIONÁRIO**  
ATO COM LIBERDADE DE AÇÃO PREVISTO EM LEI

**ARBITRÁRIO**- ATO QUE EXORBITA A LEI

## DISCRICIONÁRIO

É A PRERROGATIVA CONCEDIDA AOS AGENTES ADMINISTRATIVOS ELEGEREM ENTRE AS VÁRIAS CONDUITAS POSSÍVEIS A QUE TRADUZ MAIOR **CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE PARA O INTERESSE PÚBLICO**

**CONVENIÊNCIA**: O ATO INTERESSA, CONVÉM OU SATÍFAZ O INTERESSE PÚBLICO

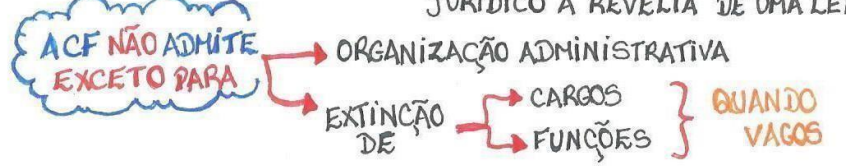
**OPORTUNIDADE**: O ATO É PRATICADO NO MOMENTO **ADEQUADO** À SATISFAÇÃO DO INTERESSE PÚB.

## NORMATIVO

É A PRERROGATIVA QUE A ADMINISTRAÇÃO TEM **PRINCIPALMENTE O PODER EXECUTIVO** - DE EDITAR ATOS NORMATIVOS PARA DETALHAR, ESCLARECER E REGULAMENTAR A INTERPRETAÇÃO E A APLICAÇÃO DE UMA LEI

**NÃO** PODE ALTERAR E RESTRINGIR LEIS

**DECRETO AUTÔNOMO** = É O DECRETO REGULAMENTAR EDITADO PELO **CHEFE DO PODER EXECUTIVO** QUE INOVA NO ORDENAMENTO JURÍDICO A REVELIA DE UMA LEI



## ATOS ADMINISTRATIVOS QUE NÃO PODEM SER REVOGADOS

DICA:

ME CON VIDA

MEROS ATOS ADMINISTRATIVOS  
CONSUMADOS  
VINCULADOS  
INTEGRANTES DE UM PROCESSO  
DIREITOS ADQUIRIDOS

@MAPASMENTAIS.DIREITO

Sarah Guimarães

## PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS DA ADMINISTRAÇÃO PUB.

DICA: CHÁ EM PARIS

CONTINUIDADE

HIERARQUIA

AUTO-EXECUTORIEDADE

ISONOMIA

MOTIVAÇÃO

PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE

AUTO-TUTELA

RAZOABILIDADE

INDISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO

SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO



@MAPASMENTAIS.DIREITO



MAPAS  
MENTAIS  
DIREITO

# DIREITO PENAL

@MAPASMENTAIS.DIREITO

*Sarah Guimarães*

# PRINCÍPIOS DIREITO PENAL

## 4) FRAGMENTARIEDADE

DIREITO PENAL TUTELA APENAS OS BENS MAIS IMPORTANTES E SANCIONA APENAS AS CONDUITAS MAIS ACEITÁVEIS

## 1) SUBSIDIARIEDADE

O DIREITO PENAL DEVE SER APLICADO **SOMENTE** QUANDO AS OUTRAS FORMAS DE SANCIONAR O INDIVÍDUO **NÃO** FOREM SUFICIENTES

## 5) INTERVENÇÃO MÍNIMA

→ **ÚLTIMA RATIO**

O ESTADO SÓ DEVE UTILIZAR O DIREITO PENAL EM **ÚLTIMO CASO**

## 2) LEGALIDADE

PRINCÍPIO QUE EXISTE PARA **LIMITAR** O PODER DO ESTADO

**NÃO** HÁ **CRIME** SEM LEI ANTERIOR QUE O DEFINA, **NÃO** HÁ **PENA** SEM PRÉVIA COMINAÇÃO LEGAL

**VEDA** A APLICAÇÃO DA LEI PENAL A FATOS **ANTERIORES** À SUA **VIGÊNCIA**

**VEDA** A CRIAÇÃO DE TIPOS PENAIS **VAGOS**

## 6) INTRANSIGÊNCIA DA PENA

OU PESSOALIDADE

A PENA **NÃO** DEVE PASSAR DA PESSOA DO CONDENADO. SÓ O VERDADEIRO AUTOR DEVE SER RESPONSABILIZADO POR SEUS ATOS NO DIREITO PENAL

**OBS:** PARA QUE O ESTADO DEFINA CRIMES E COMINE PENAS DEVE EDITAR LEI EM SENTIDO **ESTRITO**.

## 3) ADEQUAÇÃO SOCIAL

CONDUITAS SOCIALMENTE **ADEQUADAS** **NÃO** PODEM SER **PUNIDAS** PELO DIREITO PENAL

## 5) ANALOGIA EM DIREITO PENAL

Ⓐ IN **BONAM** PARTEM  
↳ **PERMITIDA**

Ⓑ IN **MALAM** PARTEM  
↳ **VEDADO**

# ARREPENDIMENTO POSTERIOR

OCORRE QUANDO O RESPONSÁVEL PELO CRIME PRATICADO **SEM VIOLÊNCIA** OU GRAVE AMEAÇA À PESSOA, **VOLUNTARIAMENTE** E ATÉ O **RECEBIMENTO** DA DENÚNCIA OU QUEIXA, **RESTITUI A COISA OU REPARA O DANO PROVOCADO**



PONTE DE PRATA



**NATUREZA JURÍDICA**



É CAUSA PESSOAL OBRIGATÓRIA DE DIMINUIÇÃO DA PENA

STJ

NÃO SE APLICA AOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA, ASSIM COMO NOS DEMAIS CRIMES NÃO PATRIMONIAIS EM GERAL.

É NECESSÁRIO QUE O CRIME SEJA PATRIMONIAL OU POSSUA EFEITOS PATRIMONIAIS

**REQUISITOS**

AUSÊNCIA DE VIOLÊNCIA OU GRAVE À PESSOA

REPARAÇÃO DO DANO OU RESTITUIÇÃO DA COISA

VOLUNTARIEDADE DO AGENTE

MOMENTO PARA A REPARAÇÃO DO DANO OU RESTITUIÇÃO DA COISA

SEGUNDO A DOUTRINA, EM CASO DE VIOLÊNCIA CULPOSA, É CABÍVEL O ARREPENDIMENTO POSTERIOR

**QUANTO A REPARAÇÃO DO DANO**

VOLUNTÁRIA

INTEGRAL

PESSOAL, SALVO COMPROVADAMENTE IMPOSSIBILIDADE

STJ

APLICA-SE O ARREPENDIMENTO POSTERIOR PARA O AGENTE QUE FAZ O RESSARCIMENTO DA DÍVIDA PRINCIPAL ANTES DO RECEBIMENTO DA DENÚNCIA, MAS SOMENTE DEPOIS PAGO O JUROS E A CORREÇÃO MONETÁRIA



# HOMICÍDIO QUALIFICADO

## CONTRA MENOR DE 14 ANOS

LEI HENRY BOREL → 14.344/2022

AUMENTA DE 1/3 ATÉ A METADE

SE A VÍTIMA É PESSOA COM **DEFICIÊNCIA OU COM DOENÇA** QUE IMPLIQUE O AUMENTO DA VULNERABILIDADE

AUMENTA DE 2/3

SE O AUTOR É **ASCENDENTE, PADRASTO OU MADRASTA, TIO, IRMÃO, CÔNJUGE, COMPANHEIRO, TUTOR, PRECEPTOR OU EMPREGADOR** DA VÍTIMA OU POR QUALQUER OUTRO TÍTULO TIVER AUTORIDADE SOBRE ELA

TORNOU-SE HOMICÍDIO QUALIFICADO PELA LEI HENRY BOREL, LOGO, TAMBÉM É CRIME HEDIONDO

A TENRA IDADE DA VÍTIMA É FUNDAMENTO IDÔNEO PARA A MAJORAÇÃO DA PENA-BASE DO CRIME DE HOMICÍDIO PELA VALORAÇÃO NEGATIVA DAS CONSEQUÊNCIAS DO CRIME

STJ - INFO 679

HOMICÍDIO PODE SER PROVADO POR OUTROS MEIOS ALÉM DO EXAME DE CORPO DE DELITO DIRETO.

STJ

## HOMICÍDIO FUNCIONAL

CONTRA QUAIS AGENTES?

EXÉRCITO, MARINHA, AERONÁUTICA

PF, PRF, POLÍCIAS CIVIS, PM, BOMBEIRO, GUARDAS MUNICIPAIS, SEGURANÇA VIÁRIA

SISTEMA PRISIONAL, FORÇA NACIONAL

### REQUISITOS

O AGENTE NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO

HOMICÍDIO PRATICADO EM DECORRÊNCIA DA FUNÇÃO

É NECESSÁRIO HAVER UM **NEXO FUNCIONAL**

OBS:

**NÃO** SE APLICA AOS FILHOS ADOTADOS

**NÃO** SE APLICA AOS PARENTES POR **AFINIDADE**

EX: SOGROS, CUNHADOS, GENROS, NORAS, ENTEADOS

**NÃO** SE APLICA AOS **APOSENTADOS**, SALVO SE O HOMICÍDIO FOR PRATICADO EM RAZÃO DO FATO SER VINCULADO À ÉPOCA QUE ELE AINDA ERA AGENTE

COM EMPREGO DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO OU PROIBIDO

9

7

8

# PARTICIPAÇÃO

TODO AQUELE QUE **CONCORRE** PARA A PRODUÇÃO DO **RESULTADO** SEM PRATICAR O NÚCLEO DO TIPO

**MORAL**: É O **INDUZIMENTO** (CRIAR IDEIA DO CRIME NA MENTE DO AUTOR) OU **INSTIGAÇÃO** (REFORÇAR UMA IDEIA **PREEXISTENTE**)

**MATERIAL**: **AUXÍLIO** NOS ATOS PREPARATÓRIOS OU NA EXECUÇÃO DO DELITO

**COMPORTAMENTO ACESSÓRIO** → RESPONDE NA MEDIDA DE SUA **CULPABILIDADE**

# TEORIAS

- 1 **ACESSORIEDADE MÍNIMA**: BASTA QUE A CONDUTA PRINCIPAL SEJA **TÍPICA**
- 2 **ACESSORIEDADE LIMITADA**: BASTA QUE A CONDUTA PRINCIPAL SEJA **TÍPICA E ILÍCITA**
- 3 **ACESSORIEDADE MÁXIMA**: BASTA QUE A CONDUTA SEJA **TÍPICA, ILÍCITA E CULPAVEL**
- 4 **HIPERACCESSORIEDADE**: BASTA QUE A CONDUTA SEJA **TÍPICA, ILÍCITA, CULPAVEL E PUNIVEL**

# COAUTORIA

→ HÁ **MAIS DE 1** AUTOR

# CONCURSO DE PESSOAS - SUJEITOS -

# AUTORIA

→ **AUTOR** É O INDIVÍDUO QUE PRÁTICA O **NÚCLEO DO TIPO**

# TIPOS

- 1 **AUTORIA IMEDIATA**: É AQUELA QUE OCORRE QUANDO O **PRÓPRIO** INDIVÍDUO EXECUTA A **CONDOTA DELITUOSA DIRETAMENTE** → É A REGRA
- 2 **AUTORIA MEDIATA**: INDIVÍDUO UTILIZA DE **TERCEIRO** COMO INSTRUMENTO PARA **EXECUTAR** SEU INTENTO CRIMINOSO
- 3 **AUTORIA COLATERAL**: AGENTES ATUAM **SEM O LIAME SUBJETIVO** → LOGO, CADA UM RESPONDERÁ POR SEUS ATOS **ISOLADAMENTE**
- 4 **AUTORIA INCERTA**: AGENTES ATUAM **SEM O LIAME SUBJETIVO** MAS NÃO É POSSÍVEL DETERMINAR **QUAL** DAS CONDUTAS CAUSOU O RESULTADO

**APLICA-SE O PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO REO**

- 5 **AUTORIA DESCONHECIDA**: **NÃO** É POSSÍVEL APURAR A IDENTIDADE DOS AUTORES

# TEORIAS

- 1 **RESTRIITA**: AUTOR É QUEM PRÁTICA O **NÚCLEO DO TIPO**
- 2 **EXTENSIVA**: TODO AQUELE QUE DE ALGUMA FORMA **CONTRIBUI** PARA O RESULTADO
- 3 **DO DOMÍNIO DO FATO**: AUTOR É QUEM DECIDE **SE E COMO** É O **QUANTO** DA INFRAÇÃO → **SO SE APLICA AO CRIME DOLOSO**



# VOCÊ SABIA?

- A **CPI** - COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO-**PODE**, POR AUTORIDADE PRÓPRIA, OU SEJA, SEM A NECESSIDADE DE QUALQUER INTERVENÇÃO JUDICIAL, MAS SEMPRE **FUNDAMENTADA E MOTIVADA**, OBSERVADAS TODAS AS FORMALIDADES LEGAIS.

**DETERMINAR:**



**CUIDADO:** **CPI NÃO TEM COMPETÊNCIA E PARA QUEBRA DE COMUNICAÇÃO TELEFÔNICA (INTERCEPTAÇÃO)**

@MAPASMENTAIS.DIREITO



EXCLUI A **TIPICIDADE**



EXCLUI A **CULPABILIDADE**

@mapasmentais.direito



MAPAS  
MENTAIS  
DIREITO

# PROCESSO PENAL

@MAPASMENTAIS.DIREITO

*Sarah Guimarães*

# LEI PROCESSUAL NO ESPAÇO

www.mapasmentaisdireito.com.br

**REGRA:** PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE



A LEI PRODUZIRÁ SEUS EFEITOS DENTRO DO **TERRITÓRIO NACIONAL**



## EXCEÇÕES

### TRATADOS, CONVENÇÕES E REGRAS DE DIREITO INTERNACIONAL

A APLICAÇÃO DO CPP **PODE SER AFASTADA**, PONTUALMENTE, EM RAZÃO DE ALGUMA NORMA ESPECÍFICA PREVISTA EM **TRATADO OU CONVENÇÃO INTERNACIONAL**

### JURISDIÇÃO POLÍTICA

NOS CASOS DAS PRERROGATIVAS CONSTITUCIONAIS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, DOS MINISTROS DE ESTADO, NOS CRIMES CONEXOS COM OS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, E DOS **MINISTROS DO STF, NOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE.**

NESTE CASO, SERÃO JULGADOS DE ACORDO COM **PROCEDIMENTOS PRÓPRIOS**, PREVISTOS NA CF

### PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ELEITORAL

**REGRA:** SEGUIR O CÓDIGO ELEITORAL

SUBSIDIARIAMENTE: CPP

### PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR

**REGRA:** SEGUIR O CÓDIGO PENAL MILITAR

SUBSIDIARIAMENTE: CPP

### LEGISLAÇÃO ESPECIAL

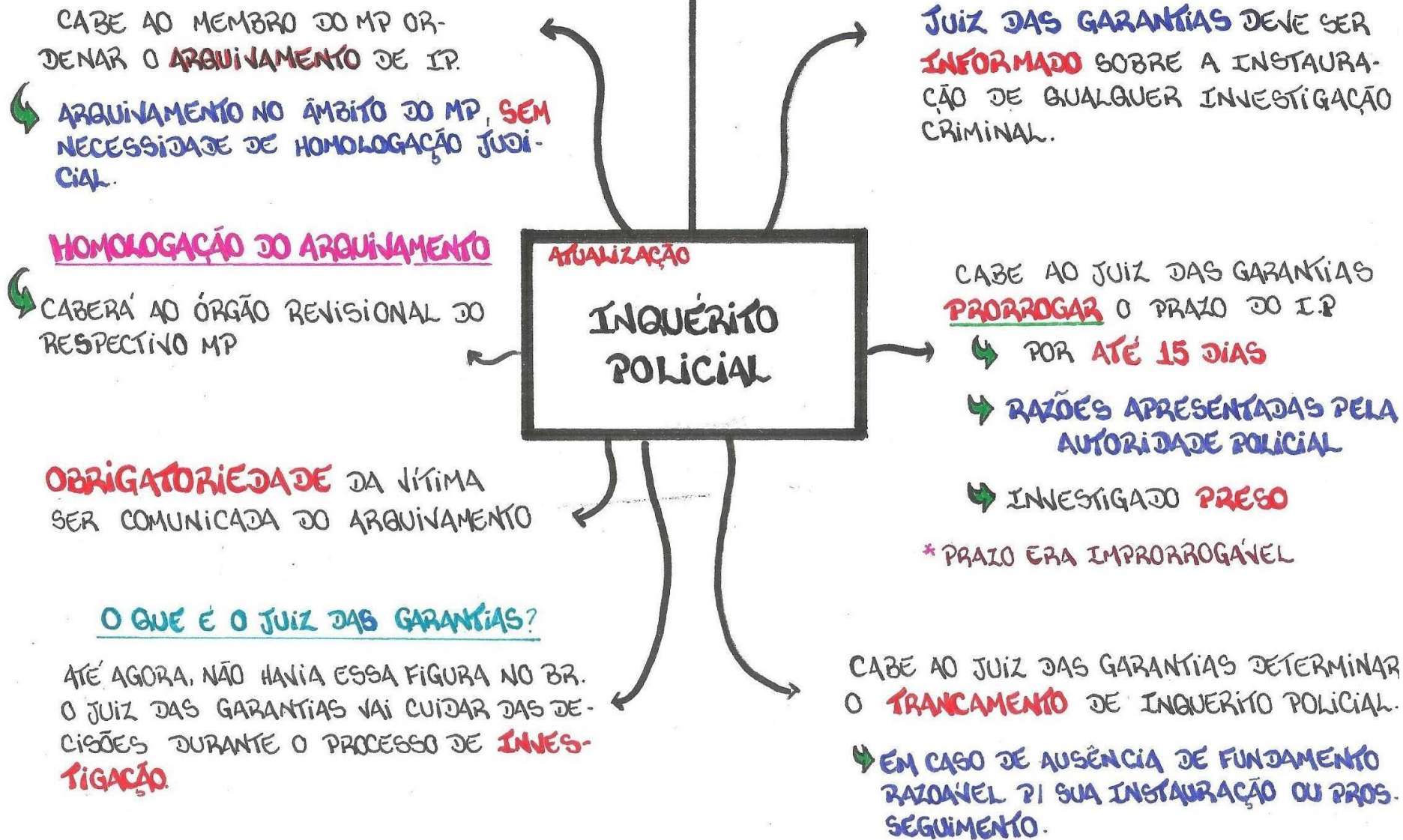
NO CASO DE HAVER **RITO ESPECÍFICO** PARA O PROCESSO E JULGAMENTO DE DETERMINADO CRIME, COMO OCORRE NA LEI DE DROGAS, DEVERÁ SER UTILIZADO, **PRIMORDIALMENTE**, O RITO ESPECÍFICO, CABENDO AO CPP ATUAR DE FORMA SUBSIDIÁRIA

## OBSERVAÇÕES

O CPP SÓ É APLICÁVEL AOS ATOS PROCESSUAIS PRATICADOS NO TERRITÓRIO NACIONAL

COMPETE PRIVATIVAMENTE À UNIÃO LEGISLAR SOBRE DIREITO PROCESSUAL

# MUDANÇAS APÓS O PACOTE ANTICRIME



## IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE FIANÇA

QUANDO ESTIVEREM PRESENTES **OS MOTIVOS DA PREVENTIVA**

**RACISMO**

**TORTURA, TRÁFICO** ILÍCITO DE ENTORPECENTES E DROGAS AFINS, **TERRORISMO** E CRIMES **HEDIONDOS**

CRIMES COMETIDOS POR **GRUPOS ARMADOS**, CIVIS OU MILITARES, CONTRA A ORDEM CONSTITUCIONAL E O ESTADO DEMOCRÁTICO.

QUANDO O RÉU TIVER **QUEBRADO A FIANÇA** ANTERIORMENTE, NO MESMO PROCESSO OU DESCUMPRIDOR AS CONDIÇÕES, SEM MOTIVO JUSTO

EM CASO DE PRISÃO **CIVIL** OU **MILITAR**.

## ATENÇÃO

AINDA QUE **NÃO** SE POSSA ARBITRAR FIANÇA, É POSSÍVEL A CONCESSÃO DA LIBERDADE PROVISÓRIA

O CARÁTER **HEDIONDO** DA INFRAÇÃO PENAL, POR SI SÓ, **NÃO IMPEDÉ** A CONCESSÃO DE LIBERDADE PROVISÓRIA

## CIRCUNSTÂNCIAS A SER CONSIDERADAS P/ O ARBITRAMENTO DA FIANÇA

NATUREZA DA INFRAÇÃO

CONDIÇÕES PESSOAIS DE **FORTUNA**

**VIDA PREGRESSA** DO ACUSADO

CIRCUNSTÂNCIAS INDICATIVAS DE SUA **PERICULOSIDADE**

## CONCEITO

LIBERDADE PROVISÓRIA É O DIREITO DO SUSPEITO/INDICIADO/ACUSADO, SEMPRE QUE **NÃO** ESTIVEREM PRESENTES OS **REQUISITOS** PARA A DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA

A CONCESSÃO DA LIBERDADE PROVISÓRIA **NÃO** IMPEDE A FIXAÇÃO DE ALGUMA **MEDIDA CAUTÉLAR DIVERSA DA PRISÃO**

# LIBERDADE PROVISÓRIA E FIANÇA

@mapasmentais.direito

PODE SER CONCEDIDA **SEM** FIANÇA (REGRA), OU **COM** FIANÇA

## SERÁ CONCEDIDA:

**PELO JUIZ** EM QUALQUER HIPÓTESE. NECESSARIAMENTE NOS CRIMES CUJA PENA MÁXIMA SEJA **SUPERIOR A 4 ANOS**



NESSE CASO, ARBITRARÁ EM **48 HORAS**

**PELA AUTORIDADE POLICIAL** - INFRAÇÃO PENAL CUJA PENA MÁXIMA **NÃO** SEJA **SUPERIOR A 4 ANOS**.

O MP **NÃO SERÁ OUVIDO** PREVIAMENTE AO ARBITRAMENTO DA FIANÇA, MAS TERÁ VISTA DOS AUTOS APÓS ESSE MOMENTO



MAPAS  
MENTAIS  
DIREITO

# PENAL MILITAR

@MAPASMENTAIS.DIREITO

*Sarah Guimarães*

# CRIMES

MILITARES



## IMPORTANTE

**ANTES** DA LEI N. 13.491/17, ERA CRIME MILITAR APENAS AQUELE PREVISTO NO CÓDIGO PENAL MILITAR.

CRIMES PREVISTOS UNICAMENTE EM LEIS EXTERNAS ERAM SEMPRE CRIMES COMUNS, MESMO QUE PRATICADOS POR MILITARES

APÓS A LEI A COMPETÊNCIA DA JM **FOI AMPLIADA**, POIS A REDAÇÃO DO INCISO II DO ART. 9 DO CPM, PASSOU A CONTER A EXPRESSÃO "E **AS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO PENAL**"

DESSA FORMA, DELITOS (COMO TRÁFICO, ABUSO DE AUTORIDADE) QUANDO PRATICADOS DENTRO DAS CIRCUNSTÂNCIAS NARRADAS NO ART. 9 DO CPM, PODEM VIR A SER CONSIDERADOS COMO MILITARES

## CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA DE CIVIL PRATICADOS POR MILITAR

SE MILITAR ESTADUAL



**TRIBUNAL DO JÚRI**

SE MILITAR DAS FORÇAS ARMADAS, E NÃO ESTÃO PRESENTES AS CIRCUNSTÂNCIAS DO PARÁGRAFO 2, I, II, OU III



**TRIBUNAL DO JÚRI**

SE MILITAR DAS FORÇAS ARMADAS E ESTÃO PRESENTES AS CIRCUNSTÂNCIAS DO PARÁGRAFO 2



**JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO**

# PENAS

-PENAL MILITAR-

## PENAS PRINCIPAIS

### I DE MORTE

EM CASO DE GUERRA DECLARADA  
POR FUZILAMENTO

DEPENDE DA COMUNICAÇÃO DA SENTENÇA DE DEFINITIVA  
AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E NÃO PODE SER  
EXECUTADA **SENÃO APÓS 7 DIAS** DA COMUNICAÇÃO

PRESCRIÇÃO: PRAZO DE 30 ANOS

@mapasmentais.direito

### PRIVATIVAS DE LIBERDADE

#### II RECLUSÃO

PENA MÍNIMA- 1 ANO  
PENA MÁXIMA - 30 ANOS

#### III DETENÇÃO

PENA MÍNIMA- 30 DIAS  
PENA MÁXIMA - 10 ANOS

#### IV PRISÃO

### PRISÃO APLICADA AOS MILITARES

ATÉ 2 ANOS OBRIGATORIAMENTE  
CONVERTIDA EM PENA DE PRISÃO

SE NÃO COUBER SURSIS, SERÁ  
CUMPRIDA DA SEGUINTE FORMA:

PELO OFICIAL

RECINTO DE  
ESTABELECIMENTO  
PENAL MILITAR

PELO PRAÇA

EM  
ESTABELECIMENTO  
PENAL MILITAR

SUPERIOR A 2 ANOS

CUMPRIDA EM **PENITENCIÁRIA MILITAR**

MILITAR DA ATIVA JAMAIS  
CUMPRIRÁ PENA EM PRESÍDIO  
COMUM JUNTAMENTE COM  
OUTROS PRESOS CIVIS

### APLICADA AOS CIVIS

REGRA: PENITENCIÁRIA **COMUM**

NORMAS DA **LEP**

EXCEÇÃO: SE PRATICAR CRIME MILITAR EM  
TEMPO DE GUERRA, PODERÁ CUMPRIR EM  
PENITENCIÁRIA MILITAR, SE EM BENEFÍCIO DA  
SEGURANÇA NACIONAL E SE HOUVER PRISÃO  
PARA TAL SEGURANÇA.

\* PARA O CUMPRIMENTO EM ESTABELECIMENTO PENAL COMUM,  
O CONDENADO DEVE TER PERDIDO A CONDIÇÃO DE MILITAR.





MAPAS  
MENTAIS  
DIREITO

# LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

@MAPASMENTAIS.DIREITO

*Sarah Guimarães*

# FINALIDADE ESPECÍFICA

## ABUSAR DO PODER PARA

- ① PREJUDICAR **OUTREM** ;  
OU
- ② **BENEFICIAR** A SI MESMO OU A OUTREM.
- OU
- ③ MERO CAPRICHOS
- OU
- ④ SATISFAÇÃO PESSOAL

**ATENÇÃO:** SÓ HA' CRIME NA MODALIDADE DE **DOLOSA**

**OBS:** A **DIVERGÊNCIA** NA INTERPRETAÇÃO DE LEI OU NA AVALIAÇÃO DE FATOS E PROVAS **NÃO** CONFIGURA ABUSO DE AUTORIDADE;

## EFEITOS DA CONDENAÇÃO

- ① OBRIGAÇÃO DE REPARAR O DANO  
↳ **EFEITO AUTOMÁTICO**
- ② **INABILITAÇÃO** P/ O EXERCÍCIO, DE CARGO, MANDATO OU FUNÇÃO PELO PRAZO DE **1 A 5 ANOS**  
↳ **ATENÇÃO:** ANTES ERA DE 1 A 3 ANOS
- ③ **PERDA** DO CARGO, MANDATO OU FUNÇÃO PÚB.

② E ③ SÃO EFEITOS EXTRAPENALIS - TAIS EFEITOS **NÃO** SÃO AUTOMÁTICOS - RECAI **APENAS** SOBRE OS **RÉUS REINCIDENTES**.

# ABUSO DE AUTORIDADE LEI N° 13.869/19

## SUJEITO ATIVO

COMETIDO POR **AGENTE PÚB.**  
↳ NO **EXERCÍCIO** DE SUAS FUNÇÕES  
↳ A **PRETEXTO** DE EXERCÊ-LA (NOVIDADE)

## AGENTE PÚBLICO

- ↳ SERVIDOR OU NÃO
- ↳ ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA OU FUNDACIONAL (**3 PODERES**, TODOS OS ENTES DA FEDERAÇÃO)
- ↳ QUALQUER FORMA DE INVESTIDURA OU VÍNCULO
- ↳ ALCANÇA **MILITARES**, MEMBROS DO **MP**, **TRIBUNAIS** E CONSELHOS DE CONTAS
- ↳ EXERCÍCIO **TRANSITÓRIO** OU **SEM REMUNERAÇÃO**

**OBS:** ROL **EXEMPLIFICATIVO**

**OBS:** APLICAÇÃO NO QUE COUBER, DO **CPP** E DA LEI N° **9.099** (JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL)

## AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA

- ↳ ADMITE-SE AÇÃO PENAL **PRIVADA SUBSIDIÁRIA DA PÚBLICA**
- ↳ **PRAZO:** **6 MESES** A PARTIR DA INÉRCIA DO MP

VERIFICADA A EXISTÊNCIA DE **RISCO ATUAL OU IMINENTE** À VIDA OU À INTEGRIDADE FÍSICA OU PSICOLÓGICA DA MULHER OU DE SEUS DEPENDENTES

**MEDIDA PROTETIVA DE AFASTAMENTO DO AGRESSOR DO LAR, DOMICÍLIO, OU LOCAL DE CONVIVÊNCIA**

É DIREITO DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR O **ATENDIMENTO POLICIAL E PERICIAL ESPECIALIZADO, ININTERRUPTO** E PRESTADO POR SERVIDORES - **PREFERENCIALMENTE DO SEXO FEMININO** - PREVIAMENTE CAPACITADOS

### PROVIDÊNCIAS QUE DEVEM SER ADOTADAS PELA AUTORIDADE POLICIAL

**GARANTIR PROTEÇÃO POLICIAL**, QUANDO NECESSÁRIO, COMUNICANDO DE IMEDIATO AO MP E AO PODER JUDICIÁRIO

ENCAMINHAR A OFENDIDA AO HOSPITAL/ POSTO DE SAÚDE E AO IML

**FORNECER TRANSPORTE** PARA A OFENDIDA/ DEPENDENTES PARA ABRIGO OU LOCAL SEGURO, QUANDO HOUVER RISCO DE VIDA

ACOMPANHAR A OFENDIDA PARA ASSEGURAR A RETIRADA DE SEUS PERTENCES DO LOCAL DA OCORRÊNCIA OU DO DOMICÍLIO FAMILIAR, SE NECESSÁRIO

INFORMAR A OFENDIDA OS DIREITOS A ELA CONFERIDOS E OS SERVIÇOS DISPONÍVEIS, **INCLUSIVE OS DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA** PARA O EVENTUAL AJUIZAMENTO PERANTE O JUÍZO COMPETENTE DA AÇÃO DE SEPARAÇÃO JUDICIAL, DE DIVÓRCIO ETC.

# MARIA DA PENHA

- MEDIDA PROTETIVA -

## QUEM DECRETA?

AUTORIDADE JUDICIÁRIA → **REGRA**

DELEGADO DE POLÍCIA →

QUANDO O MUNICÍPIO **NÃO** FOR SEDE DE COMARCA

POLICIAL →

QUANDO O MUNICÍPIO **NÃO** FOR SEDE DE COMARCA E **NÃO** HOUVER DELEGADO DISPONÍVEL NO MOMENTO DA DENÚNCIA

CASO A MEDIDA SEJA DECRETADA PELO DELEGADO OU POLICIAL, **DEVE SER COMUNICADA AO JUÍZO EM ATÉ 24 HORAS** E O JUIZ DECIDIRÁ PELA MANUTENÇÃO OU REVOGAÇÃO DA MESMA EM IGUAL PRAZO, CIENTIFICANDO AO MP

NO CASO DE RISCO À INTEGRIDADE FÍSICA DA OFENDIDA OU À EFETIVIDADE DA MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA, **NÃO** SERÁ CONCEDIDA LIBERDADE PROVISÓRIA AO PRESO

OS PAIS, OS INTEGRANTES DA FAMÍLIA AMPLIADA, OS RESPONSÁVEIS, OS AGENTES PÚB. EXECUTORES DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS OU QUALQUER PESSOA ENCARGADA DE CUIDAR DE CRIANÇAS E DE ADOLESCENTES, TRATA-LOS, EDUCA-LOS OU PROTEGÊ-LOS QUE UTILIZAREM **CASTIGO FÍSICO** OU **TRATAMENTO CRUEL** OU **DEGRADANTE** ESTARÃO SUJEITOS AS SANÇÕES:

- 1) ENCAMINHAMENTO A PROGRAMA OFICIAL OU COMUNITÁRIO DE PROTEÇÃO À FAMÍLIA.
- 2) ENCAMINHAMENTO A TRATAMENTO PSICOLÓGICO OU PSIQUIÁTRICO.
- 3) ENCAMINHAMENTO A CURSOS OU PROGRAMAS DE **ORIENTAÇÃO**
- 4) **OBRIGAÇÃO** DE ENCAMINHAR A CRIANÇA A TRATAMENTO **ESPECIALIZADO**
- 5) **ADVERTÊNCIA**

**OBS:** SERÃO APLICADAS PELO **CONSELHO TUTELAR**

AS CRIANÇAS NA FAIXA ETÁRIA DA **PRIMEIRA INFÂNCIA** - ENTRE 0 A 6 ANOS DE IDADE - COM SUSPEITA OU CONFIRMAÇÃO DE VIOLÊNCIA DE QUALQUER NATUREZA, DEVERÃO CONFERIR **MÁXIMA PRIORIDADE** AO ATENDIMENTO.

AS GESTANTES OU MÃES QUE MANIFESTEM INTERESSE EM ENTREGAR SEUS FILHOS PARA À **ADOÇÃO** SERÃO **OBRIGATORIAMENTE** ENCAMINHADAS, SEM CONTRANGIMENTO, À **JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE**.



# ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ANTES DO SURTIMENTO DO ECA, ERA ADOTADO O **CODIGO DE MENORES**, O OBJETIVO DE TAL CODIGO ERA DAR ASSISTÊNCIA, PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA **APENAS** A MENORES QUE SE ENCONTREM EM **SITUAÇÃO IRREGULAR** - DOCTRINA DA SITUAÇÃO IRREGULAR. ↓

O **ECA**, AO CONTRÁRIO, SEGUE A DOCTRINA DA **PROTEÇÃO INTEGRAL**, QUE SE BASEIA NO PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA - CABÍVEL A **TODAS** AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

SERÃO **OBRIGATORIAMENTE**, COMUNICADOS AO **CONSELHO TUTELAR**:

↪ OS CASOS DE CASTIGO FÍSICO, DE TRATAMENTO CRUEL OU DEGRADANTE E DE MAUS-TRATOS CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE.

**CASTIGO FÍSICO**

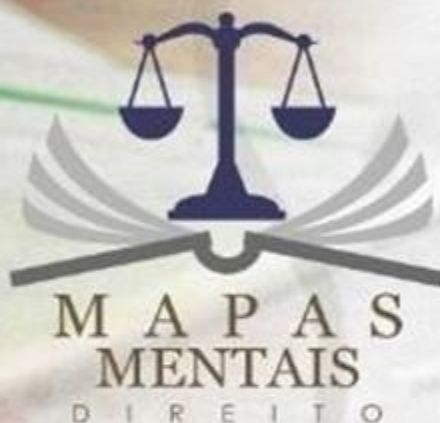
AÇÃO DE NATUREZA **DISCIPLINAR** OU **PUNITIVA** APLICADA COM O USO DA FORÇA FÍSICA SOBRE A CRIANÇA OU ADOLESCENTE, QUE RESULTE EM:

- a) **SOFRIMENTO FÍSICO**
- b) **LESÃO**

**TRATAMENTO CRUEL OU DEGRADANTE**

CONDUTA OU FORMA **CRUEL** DE TRATAMENTO EM RELAÇÃO À CRIANÇA OU ADOLESCENTE QUE:

- a) **HUMILHE**; b) **AMEACE GRAVEMENTE**; c) **RIDICULARIZE**



SUA APROVAÇÃO MAIS  
PRÓXIMA DO QUE NUNCA!

Email: [mapasmentaisdireitosg@gmail.com](mailto:mapasmentaisdireitosg@gmail.com)

Instagram: @mapasmentais.direito

Site: [www.mapasmentaisdireito.com.br](http://www.mapasmentaisdireito.com.br)